

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.843 - DF (2019/0199261-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : DANIEL CALIL**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO CAMPOS ALVARES DA SILVA - DF018731**  
**CARLOS EDUARDO DE CAMPOS ÁLVARES DA SILVA -**  
**DF021627**  
**AGRAVANTE : RÁDIO E TELEVISÃO CV LTDA**  
**ADVOGADO : ENOQUE BARROS TEIXEIRA - DF020428**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**  
**INTERES. : DAVYS FREDERICO TEIXEIRA LINHARES**  
**ADVOGADO : WILLER TOMAZ DE SOUZA - DF032023**  
**SOC. de ADV. : WILLER TOMAZ ADVOGADOS ASSOCIADOS**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por RÁDIO E TELEVISÃO CV LTDA, em face de acórdão assim ementado:

DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE IMPRENSA. DIREITOS DA PERSONALIDADE. COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. PONDERAÇÃO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. REPORTAGEM SOBRE "FURA FILA" EM CASA DE SHOW. DIREITO À IMAGEM. ANIMUS NARRANDI. EXCESSO. DANO MORAL CONFIGURADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ PROCESSUAL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A compensação por danos morais se impõe quando o direito à informação extrapola dolosamente os limites impostos no artigo 5.º, inciso V da Constituição Federal, causando prejuízos a outrem.

2. Há de se fazer um juízo de ponderação, a fim de se saber acerca da matéria e se houver críticas feitas com leviandade e o manifesto propósito de denegrir a honra do autor a ponto de caracterizar desvio ou abuso de direito, ou se ficou limitada narração ou crítica dirigida a assuntos do interesse do público em geral.

3. Não se desincumbindo a parte ré do ônus probatório que lhe cabia, nos termos do art. 373, inciso II, do CPC, impõe-se a condenação por veicular matéria acerca da personalidade, da conduta ou do caráter do autor, extrapolando o mero exercício do direito de imprensa dos réus.

4. O quantum compensatório deve atender ao caráter compensatório, punitivo e pedagógico da condenação, evitando-se que se converta o

# *Superior Tribunal de Justiça*

sofrimento em instrumento de vantagem indevida pela parte, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. No entanto, não deve ser insuficiente a desencorajar o agente do dano a persistir com práticas que se repitam reiteradamente nas suas relações com os pacientes.

5.Recurso do autor conhecido e desprovido. Recurso da primeira ré não conhecido. Recurso do segundo réu conhecido e parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 347 - 357, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alegam os agravantes, em suma, violação aos artigos 20, 21 e 186, do Código Civil.

Sustenta a necessidade de conhecimento da apelação interposta na origem, sob o argumento de que o preparo foi realizado, porém a juntada do comprovante se deu em processo diverso.

Defende não ter cometido o ato ilícito que deu origem à condenação em danos morais (fixada na origem à ordem de R\$ 6.000,00 - seis mil reais), aludindo que os comentários lesivos não foram por si realizados ou reproduzidos.

Alude a ausência de provas quanto à ocorrência do dano moral, na hipótese dos autos, bem como do nexo de causalidade.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 400 - 402, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão à agravante.

Ao afastar a pretensão em análise, a Corte local registrou que (e-STJ, fl. 285):

Não obstante a 1ª ré, RÁDIO E TELEVISÃO CV LTDA (fls.

# *Superior Tribunal de Justiça*

235/236), tenha sido intimada a realizar o preparo ou efetuar o recolhimento em dobro, ela quedou-se inerte (fl. 237), razão pela qual declaro deserto seu recurso, dele não conhecendo.

No ponto, a parte agravante interpôs embargos de declaração com a finalidade de elucidar que o comprovante teria sido juntado em processo diverso, todavia, a Corte local, no julgamento dos embargos em comento, se absteve de tecer juízo de valor sobre a tese, rejeitando o recurso com fundamento na ausência de omissão, e no intuito de rediscussão da matéria em via imprópria.

Nesse contexto, é nítida a ausência de prequestionamento da tese em apreço, sendo imperiosa a aplicação da Súmula 211/STJ, a inviabilizar sua análise na presente oportunidade.

Não há que se cogitar, ademais, a ocorrência do prequestionamento ficto, nos termos do artigo 1.025 do Código de Processo Civil, haja vista que esse pressupõe a indicação de violação do artigo 1.022 do mesmo Diploma, o que não ocorre no caso.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO FICTO. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE ADUZIR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. LEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULA 7/STJ. DEVER DE INDENIZAR. CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

2. A Corte de origem, soberana na análise do arcabouço fático-probatório dos autos, consignou existir a legitimidade passiva do ora recorrente para figurar na relação jurídica processual tendo em vista tanto o contrato de prestação de serviços de plano de saúde celebrado entre os ora agravados, quanto o convênio firmado entre o plano de saúde e o hospital, ora recorrente. A reforma do aresto hostilizado demandaria revolvimento do material fático probatório dos autos e interpretação contratual, o que esbarra nas Súmulas n. 5

# *Superior Tribunal de Justiça*

e 7 do STJ.

3. É inviável, na hipótese vertente, a análise da presença ou não dos requisitos ensejadores da responsabilidade civil, porquanto demandaria análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.(AgInt no AREsp 1144413/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/11/2017, DJe 14/11/2017)

Nesse contexto, resta prejudicada a análise das demais teses ofertadas em recurso especial, tendo em vista sua inafastável preclusão temporal, decorrente da deserção do recurso de apelação da parte.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora